

da pelo Relator. Informara que naquela oportunidade recebera valiosas contribuições, oriundas de conhecidos colegas que há anos se dedicam ao assunto principalmente, de administradores penitenciários procedentes dos diversos estados da federação. Essas contribuições mais as comunicações apresentadas pelos eminentes Professores convidados, foram somadas às sugestões anteriormente recebidas pelo Ministério da Justiça e ao Anteprojeto de Código de Execução Penal, elaborado pelo Professor BENJAMIN MORAES FILHO, que como informara constitui "fonte permanente de consulta para elaboração do texto do anteprojeto da Lei de Execução Penal". Além disto, observaram com interesse o valioso trabalho encaminhado à Comissão pelo Professor JASON SOARES ALBERGARIA. Assim, diante deste inenso universo de sugestões, debruça-se a Comissão Revisora em intensos estudos e ajustes aos princípios objetivados pelo anteprojeto original - Sem dúvida alguma, o trabalho original será enriquecido. A este trabalho de revisão colaboraram efetivamente os Professores SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO e EVERARDO DA CUNHA LUNA - Concluindo o Senhor Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI enfatizara que o trabalho encontra-se bastante avançado e, possivelmente, dentro em breve o encaminhará ao Professor FRANCISCO DE ASSIS TOLEDO, Coordenador da Comissão. Associaram-se às palavras do Eminentíssimo Conselheiro, os demais integrantes daquela Comissão. Tendo em vista que a matéria ora em apreço encontra-se ainda em fase de estudos, apresentaram sugestões ao anteprojeto, os Senhores Conselheiros JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA e FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES. 1a. sugestão: "que seja lançado onde couber, a possibilidade de que o CNPP promova em outras localidades do País, algumas reuniões ordinárias, com a finalidade de conscientizar melhor a população sobre o trabalho que se objetiva, bem como criar condições de estímulo a novas vocações penitenciárias". - 2a. sugestão: - Criação de convênios que facilitem as transações administrativas do Sistema". Com vistas tão somente às sugestões, o Senhor Presidente colocou-as em discussão. - Após ouvir o Plenário, julgou oportuno maturar os temas e em uma próxima reunião, concluí-los. Para cumprimentar o Ilustre Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, que se encontra nas livrarias com "TUTELA PENAL DA SOLIDÃO", solicitaram a palavra os Senhores Conselheiros RENÉ ARIEL DOTTI e ANTONIO ZAPPALÁ. Aqui, o Senhor Presidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação, a presente ata vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária.

PIO SOARES CANEDO  
Presidente - CNPP

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA  
Secretária-Executiva-CNPP

## Ministério da Fazenda

### GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA nº 003, de 5 de janeiro de 1982

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a formalizar a não aceitação da doação do imóvel que menciona, situado no Município de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 84.045, de 2 de outubro de 1979.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a promover os atos necessários para formalizar a não aceitação de doação, que, nos termos da Lei Municipal nº 201, de 1953, e da Escritura Pública de 22 de junho de 1953, o Município de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, fez à União Federal do imóvel constituído por terreno com área de 100 ha (cem hectares) e benfeitorias, situado na Fazenda São João da Serra, naquele Município, de acordo com os elementos constantes do processo protocolizado no Ministério da Fazenda sob o nº 1080-09.911, de 1981.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ERNANE GALVÊAS

Portaria nº 005, de 6 de janeiro de 1982

O Ministro de Estado da Fazenda, nos termos do Decreto nº 81.402, de 23 de fevereiro de 1978, e tendo em vista o que consta do Processo SUSEP nº 001-9671/81

#### RESOLVE:

Conceder autorização à REAL PREVIDÊNCIA PRIVADA S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para funcionar no território nacional, como ENTIDADE ABERTA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, COM FINS LUCRATIVOS, operando nas modalidades de Pecúlio e de Renda, devendo a Entidade, antes da emissão, pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da Carta Patente, prevista no artigo 16 do Decreto nº 81.402, de 23 de fevereiro de 1978, satisfazer exigências de ordem jurídica e técnico-atuarial.

ERNANE GALVÊAS

### SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

#### Coordenação do Sistema de Tributação

ATO DECLARATÓRIO CST/DAA Nº 01 de 06 de Janeiro de 1982  
5.07.43.00  
(REF. DAS - 173)

O CHEFE DA DIVISÃO DE ASSUNTOS ADUANEIROS, no uso da delegação de competência contida na Portaria CST número 053/79, item 2, tendo em vista o que consta do processo número 0880-032.986/81-85 e o disposto no item 4 da Portaria nº 239, de 26 de abril de 1978, e no item 10 da Instrução Normativa SRF nº 019, de 05 de maio de 1978,

DECLARA estar habilitada para operar no regime especial de despacho aduaneiro simplificado a empresa HOECHST DO BRASIL QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A.

#### 1.1. ESTABELECIMENTO SEDE:

Endereço: Rua Bráulio Gomes, 36 - São Paulo (SP)  
CGC (MF): 60.861.788/0001-52

#### 1.2. ESTABELECIMENTOS IMPORTADORES

1.2.1 Endereço: Rua Jorge Bei Maluf, 2073 a 2173  
Suzano (SP)

CGC (MF): 60.861.788/0011-24

1.2.2 Endereço: Rua Conde Domingos Papais, 413  
Suzano (SP)

CGC (MF): 60.861.788/0005-86

1.2.3 Endereço: Av. Marechal Tito, 1375  
(São Miguel Paulista) São Paulo - (SP)

CGC (MF): 60.861.788/0004-03

#### 1.3. LOCAIS ONDE SERÃO DEPOSITADAS E UTILIZADAS AS MERCADORIAS:

1.3.1. Endereço: Rua Jorge Bei Maluf, 2073 a 2173  
Suzano (SP)

CGC (MF): 60.861.788/0011-24

1.3.2. Endereço: Rua Conde Domingos Papais, 413  
Suzano (SP)

CGC (MF): 60.861.788/0005-86

1.3.3. Endereço: Av. Marechal Tito, 1375  
(São Miguel Paulista) São Paulo - (SP)

CGC (MF): 60.861.788/0004-03